

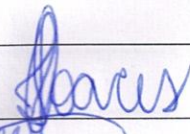
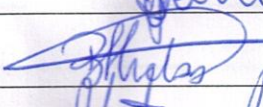
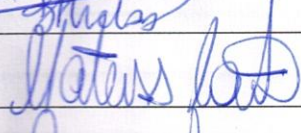
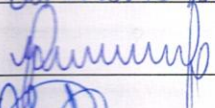
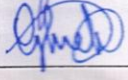
Membros Suplentes	
Maria das Graças Epifânio da Silva	
Juliano Pires	

Ata da 147ª (centésima quadragésima sétima) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois. A reunião foi realizada presencialmente, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Maria Conceição Del Duca, 150, bairro Jaraguá, Bom Despacho. A reunião foi coordenada pela presidente Joyce Jaciara Chaves Soares, e contou com a participação dos seguintes membros: Joyce Jaciara Chaves Soares (titular), Bárbara Silva Freitas (titular), Mateus Couto Batista (titular), Rodrigo Machado (titular), Gláucia Luany Neto (titular), Juliano Pires (suplente) e representantes da CIAB, Fabiano Vaz, Rommel Pimenta, Mário Handam, e André. Todos os conselheiros foram informados através do grupo do Conselho no Whatsapp, sobre a data, horário e as pautas da reunião, que foram: *Análise de acordo com requerentes da CIAB, análise de investimento no Museu Ferroviário*. A reunião foi iniciada pela presidente, que cumprimentou e apresentou todos que estavam presentes. Em seguida, pediu que os requerentes da CIAB iniciassem a fala. Fabiano Vaz apresentou ao Conselho um orçamento para restauração da Chaminé, da empresa W.O. Serviços Técnicos, que é especializada em recuperação de chaminés. A referida empresa apresentou uma proposta de serviço que contempla demolição de parte trincada no topo da chaminé; reconstrução da parte demolida em forma de rotos com cinta de concreto embutida, para reforço da parede no topo da chaminé; rejunte das trincas existentes na parede da chaminé; tapar os buracos existentes na parede da chaminé; fechar o topo da chaminé com laje; instalar um para-raio e sinaleiro luminoso; lavar toda a chaminé com água pressurizada; colocar 15 cintas metálicas para conter avanço das trincas na chaminé, sendo 1 cinta a cada 2 mt. equidistante. Em seguida, após os conselheiros analisarem a proposta de serviço, a presidente relembrou o que ficou acordado na última reunião com os requerentes: que os mesmos entregariam a chaminé restaurada, com praça no entorno preparada para memorial e um acesso ao bem, para a população. A partir daí, a Prefeitura se responsabilizaria pela Chaminé. Joyce ainda informou que foi indicado um restaurador, Wagner Matias, graduado pela FAOP e especialista em restauração de bens tombados. Não obstante, Fabiano afirmou que o valor orçado por Wagner foi muito alto e, por isso, procuraram outro profissional da área, que apresentou a proposta de serviço a ser executada. Segundo os requerentes, a empresa W.O. é uma das melhores do mercado na área de restauro de chaminés. A conselheira Bárbara questionou sobre o material a ser utilizado na laje e Fabiano informou que será concreto, diferente a fibra de vidro, material que foi proposto por Wagner Matias. Informou ainda que Osvaldo Ribeiro, o profissional da empresa W.O., propôs a construção de uma coroa, elemento que existia no topo da torre, mas que foi demolida em 1997. Segundo Fabiano, a coroa é um dos elementos essenciais de sustentação de chaminés. Bárbara questionou se o profissional já executou trabalhos em bens tombados, e Fabiano afirmou que sim. A conselheira questionou se, com a demolição da parte trincada, a chaminé perderia altimetria, e Fabiano informou que não, que a parte demolida será reconstruída. A presidente questionou quanto da chaminé seria demolido, uma vez que a rachadura é extensa, mas que a parte crítica encontra-se apenas no topo. Fabiano informou que será demolida apenas a parte mais crítica e que os tijolos que necessitarem, serão substituídos. Fabiano informou que os valores da proposta não foram fechados, mas que a obra não será barata e, por isso, pediu ajuda do Conselho, com uma troca. Questionou sobre o porquê do perímetro de tombamento ter sido alterado de 11,70 para 15,20 metros de raio. Joyce afirmou que não entende como os requerentes tiveram acesso a tal informação, uma vez que o dossiê não estava aprovado e estava em fase interna de análise. O advogado Mário Handam afirmou que tais informações encontram-se nas atas, e retificou que o

acesso a tais assuntos por parte dele é estritamente documental. Bárbara explicou que essa medida de 11,70 não interfere, pois a chaminé não estava oficialmente tombada. Ela foi tombada com 15,20 metros de raio para o perímetro de tombamento e essa é a validade. Mário afirmou que a informação está nas atas e a presidente concordou, mas que tal medida não havia sido aprovada e o Conselho só aprovou com a alteração da metragem do raio, para ampliar a área protegida. Mário pediu a palavra, com o objetivo de explicar para André, que será o novo liquidante da

CIAB. Afirmou que foi aberto um processo de tombamento inicial, que foi impugnado e, de repente, esse processo sumiu e surgiu um novo. Esclareceu que essa questão pode ser judiciada a critério da empresa, para discutir a legalidade disso, mas que isso não é uma pretensão deles. Mas é a gestão jurídica que se faz da situação. Afirmou que o dossiê de tombamento trata-se do segundo processo. Rommel afirmou que a ideia era conciliar com o Conselho para que o melhor seja feito e a situação seja resolvida. Fabiano lembrou que na primeira tentativa de conciliação, a CIAB ofereceu uma quantia de R\$12.000 (doze mil reais) e que os conselheiros não aceitaram o valor, por ser insuficiente para o restauro. Logo, para uma nova forma de conciliação, Rommel informou a necessidade que os requerentes tem em diminuir o perímetro de tombamento, para facilitar o projeto de loteamento do local e que, como a pretensão não é judicializar, mas sim fazer o melhor, os próprios requerentes buscaram o melhor profissional da área para o restauro da chaminé. Bárbara informou que sobre as medidas do perímetro, o Conselho, através de opiniões técnicas de arquitetos, como Rafael Saldanha e Carolina Moreira, calculou e entendeu que, por questões de proteção, a medida de 15,20 era ideal, até mesmo para a futura construção da praça. Bárbara ainda explicou que considera algo complicado, alterar o perímetro de tombamento, principalmente diminuindo sua área e afirmou que será necessário um parecer técnico da consultora e arquiteta Carolina Moreira. A presidente ainda salientou que cabe um parecer do próprio IEPHA sobre a questão. Joyce ainda abriu o dossiê e expôs para todos do que se tratava o perímetro de tombamento e explicou que, ao se tombar, foi justificada a metragem. Questionou se o interesse dos requerentes em diminuir tal perímetro trata-se de questões de valores. Fabiano esclareceu que, devido a sua localização e por ser uma área circular, o perímetro protegido altera a proposta de loteamento que os requerentes pretendem fazer na área na antiga fábrica, uma vez que o plano diretor da cidade contém muitas exigências. Assim, segundo Fabiano, a diminuição do raio do perímetro de 15,20 para 11,70 ajudaria muito em seu futuro projeto. Assim, a diferença de metragem contribuiria para mais um lote, que significaria valor para investir na restauração e na praça. A presidente disse que entende, mas que espera que os requerentes também entendam. Informou que, para o acordo, é mais fácil o Conselho aprovar um auxílio financeiro para contribuir para a restauração, uma vez que o valor é alto. Fabiano explicou que se o Conselho aprovar contribuir com o aluguel do andaime, já seria uma ajuda. Bárbara esclareceu que, sobre o perímetro, o Conselho consultará especialistas como IEPHA e Carolina Moreira. Não obstante, sobre os valores, explicou que os conselheiros seguem um plano de aplicação, e tal gasto não estava previsto, mas o Conselho pode analisar a aprovação, uma vez que a proteção do bem é de interesse dos conselheiros e da comunidade. Mário afirmou que a próxima audiência será realizada dia sete de junho e que o ideal é que a CIAB e o Município, bem como o Conselho chegassem a um acordo até a data. A presidente sugeriu que a melhor maneira é o Conselho aprovar um investimento e contribuir para a restauração. A conselheira Gláucia questionou sobre o valor, e Fabiano respondeu que a contratação da plataforma já ajudaria. Rodrigo perguntou se o investimento substituiria a redução do perímetro. Fabiano afirmou que o ideal é a redução, mas que se não for possível, o auxílio financeiro para a restauração contribuirá. Mário expôs que seria bom algum membro do Conselho participar da audiência, no dia sete de junho e a presidente disse que não foi oficiada quanto a isso. Rodrigo aconselhou para que a presidente consulte o Jurídico da Prefeitura. Joyce questionou se o investimento for aprovado, ou mesmo a diminuição do perímetro, o acordo citado no início da reunião seguiria. Os requerentes afirmaram que sim. Os conselheiros concordaram com o investimento por unanimidade e afirmaram que solicitariam um parecer técnico sobre a questão de alteração do perímetro de tombamento. A presidente

- concluiu que de uma forma ou de outra, a situação será resolvida. Rodrigo se ofereceu em participar da audiência de junho. Os requerentes agradeceram e se retiraram. Em seguida, a próxima pauta tratada foi a análise de um investimento no prédio do Museu Ferroviário. Bárbara explicou que um dos principais investimentos previstos para o ano é a revitalização e restauração da Biquinha, como aprovado no plano de aplicação. Informou aos conselheiros que a Biquinha está na fase de elaboração dos projetos complementares. Não obstante, afirmou que, sendo
- positiva, a licitação da obra será iniciada por volta apenas de setembro. Logo, como os pagamentos são feitos parceladamente, provavelmente os duzentos mil a serem gasto no ano, não serão pagos a tempo. A partir disso, Bárbara explicou que ano passado, o foco foi a Locomotiva e
 - a contratação de museólogas para o Museu Ferroviário, que inclusive está bem encaminhado. Todavia, o prédio do museu não encontra-se em situação para abertura do museu. Segundo a
 - presidente, em 2018, foi executada uma obra na estrutura que acabou prejudicando o teto e, hoje, a estrutura foi tomada por infiltrações, mofo, e outros prejuízos. Apesar da Prefeitura solicitar a
 - reparação, a empresa não atendeu e é necessário tomar providências. Joyce afirmou que conversou com a equipe da Secretaria de Cultura e, devido a dificuldade em acionar a empresa,
 - sugeriu que a Secretaria contrate a empresa licitada atualmente, que já tem experiência em bens tombados, uma vez que foi a mesma que restaurou o coreto da Vila Militar. Tal empresa ficaria
 - responsável por consertar todos os problemas e reformar a estrutura com nova pintura e tudo o que for necessário para adaptar às necessidades do museu. Bárbara informou que o gasto pode
 - sair do FUMPAC, uma vez que o prédio encontra-se em perímetro de tombamento, uma vez que a Praça Olegário Maciel é tombada, além de que a própria locomotiva, bem tombado, é a peça
 - principal do museu a ser reaberto. Sem a estrutura adequada do prédio, o museu continuará fechado e o acesso à Maria Fumaça, recém restaurada, também. A presidente informou que
 - algumas adaptações sugeridas pela museóloga serão efetuadas. Uma delas é a substituição da cor da grade, que hoje é verde e pretende-se pintá-la de um tom mais neutro. Os conselheiros
 - indicaram trocar por blindex, mas Bárbara e Joyce explicou que, pela gestão ser realizada pelo Município, o blindex é complexo pois, se quebrar, demorará a ser substituído e não temos
 - ninguém para realizar a limpeza. A presidente ainda afirmou que o local é utilizado como praça de eventos e muitas pessoas marcam presença nas festas, o que representa um risco. Bárbara
 - sugeriu deixar a questão para depois da abertura do Museu, para que todos pudessem analisar e avaliar como será a relação da população com o mesmo. A presidente explicou a todos que a
 - abertura do museu é esperada para o mês de janeiro e que a Secretaria está trabalhando para isso. A conselheira Gláucia questionou sobre o Museu da Cidade e Bárbara informou que este será o
 - segundo trabalho das museólogas. Informou que o gasto para a estrutura do Museu Ferroviário é previsto para cerca de R\$70.000 (setenta mil reais). Questionou aos conselheiros, que aprovaram
 - o investimento por unanimidade. Ao final, Rodrigo perguntou sobre o local a ser instalado o Museu da Cidade, e foi informado que seria no antigo Clube Social. Os conselheiros ficaram
 - satisfeitos com a escolha do local, que é um espaço de memória da cidade. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Bárbara Silva Freitas, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Joyce Jaciara Chaves Soares	
Bárbara Silva Freitas	
Mateus Couto Batista	
Rodrigo Machado	
Gláucia Luany Neto	

Membros Suplentes	
Maria das Graças Epifânio da Silva	
Juliano Pires	

Ata da 148ª (centésima quadragésima oitava) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois. A reunião foi realizada presencialmente, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Maria Conceição Del Duca, 150, bairro Jaraguá, Bom Despacho. A reunião foi coordenada pela presidente Joyce Jaciara Chaves Soares, e contou com a participação dos seguintes membros: Joyce Jaciara Chaves Soares (titular), Bárbara Silva Freitas (titular), Mateus Couto Batista (titular), Rodrigo Machado (titular), Gláucia Luany Neto (titular), Juliano Pires (suplente). Todos os conselheiros foram informados através do grupo do Conselho no Whatsapp, sobre a data, horário e as pautas da reunião, que foram: *Respostas aos representantes da CIAB sobre possibilidade de alteração no perímetro de tombamento da Chaminé, bem tombado do município*. A reunião foi iniciada pela presidente, que cumprimentou e apresentou todos que estavam presentes. Em seguida, informou que na última reunião ficou combinado que os membros do setor do patrimônio cultural solicitariam orientações acerca da possibilidade. Através disto, foi consultado ao IEPHA, bem como à consultora e arquiteta do Patrimônio Cultural, Carolina Moreira. A partir disso, Bárbara expôs que o IEPHA não pôde orientar sobre tal quesito, uma vez que cabe ao Conselho Municipal deliberar sobre os bens tombados em esfera municipal. Não obstante, a equipe técnica do IEPHA, através de contato telefônico, advertiu que ao se tratar de alteração em perímetros de proteção, deve-se levar em conta apenas a valorização do bem. Ademais, foi informado que, em tombamentos estaduais, alterações do mesmo caráter não são comuns. A consultora Carolina apresentou um parecer técnico que foi lido na reunião para os conselheiros. No parecer salientou a legalidade do tombamento da chaminé, e expôs que, quando o mesmo foi realizado, foi seguida uma nota técnica emitida pelo Ministério Público que indicava que o tombamento deveria abranger toda a edificação da antiga fábrica, a vila operária e a chaminé. Desta forma, ao se realizar o tombamento, somente foi protegida a chaminé, por opção do Conselho. E a vila operária entrou na proteção do perímetro de entorno. No parecer, a consultora justificou que o perímetro de tombamento foi definido por questões de visibilidade, pela possibilidade de construção de uma praça e outros requisitos necessários para manter a proteção da chaminé. Ao final, o parecer conclui: "Levando em conta a tendência à substituição das edificações nas proximidades da antiga Companhia Industrial Aliança Bondespachense e adensamento com verticalização das áreas contíguas ao entorno, acredita-se que a circunferência delimitada para o perímetro de tombamento não poderá ser alterada, sendo que, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural legitimou a área tombada para assegurar que o bem cultural tenha sua integridade física garantida para fins de preservação (...)". Todavia, a consultora salientou que cabe ao Conselho decidir sobre a possibilidade de alteração. A partir do exposto, Bárbara abriu para a votação mediante o que ficou debatido em reunião anterior: os conselheiros deliberariam se aprovariam a alteração do perímetro, ou se aprovavam um possível investimento em parte da restauração da chaminé. A presidente destacou que Carolina Moreira acompanhou todo o trâmite de tombamento da chaminé e seu posicionamento é seguro. Ademais, afirmou que diante o posicionamento do IEPHA, acredita-se que tal alteração não causaria benefícios para o bem. A conselheira Gláucia afirmou estar de acordo com o parecer e votou contrária a diminuição do perímetro e favorável ao investimento em parte da restauração. Bárbara, Rodrigo, e Mateus também votaram contrário a diminuição do perímetro e favorável ao investimento em parte da restauração. Assim, a possibilidade de alteração foi indeferida pelos conselheiros. Em seguida, a presidente informou a próxima pauta, que se tratava de análise de alteração em projeto na obra próxima a Paineira da

GRIFFE